Conservação e desenvolvimento histórico arquitetónico na Ilha de Moçambique

Jens Hougaard[1]

A Ilha de Moçambique

A costa recortada de norte de Moçambique expõe uma fila de arquipélagos, resultado de um processo de formação de milhões de anos. Movimentos da terra e alterações do nível do mar fizeram aparecer barreiras de coral em forma de ilhas ao longo da costa que tornaram se o palco duma dramática história de encontros entre diferentes civilizações.

A Ilha de Moçambique, apenas uma pequena e insignificante ilha de coral, protege a Baía de Mossuril do mar bravo. A partir da ilha pode-se controlar a entrada para o ancoradouro na baia. A ilha tornou-se assim um porto comercial e centro cultural significante devido às condições favoráveis de abrigo que ofereceu a navios a vela. Ela apresenta uma história milenária como entreposto no comércio triangular da monção entre a Arábia, a Índia e a Africa Oriental que deu origem à cultura Suaíli.

Com a entrada dos Portugueses no Índico em 1498, a ilha tornou-se uma paragem obrigatória na rota dos navios europeus para a Índia e além. A partir daí cresceu a cidade da Ilha de Moçambique sob o guarda-chuva colonia Português, com forte influência das colonias portugueses na Índia. Durante cinco séculos a cidade desenvolveu-se de norte para o sul em distintas quarteirões, com as ricas casas de comércio ao longo da costa virada pela baía e as palhotas dos pobres ao longo da costa virada pelo mar. Na parte sul da ilha foram extraídas as pedras para a construção da cidade, deixando grandes bacias que, nos fins do Séc. XIX foram transformadas em bairros indígenas.

---

[1] Arquiteto, Docente aposentado da Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico. Foi Diretor do Centro de Estudos e Documentação da Ilha de Moçambique (CEDIM) da Universidade Lúrio, Nampula, Moçambique.

Hoje não existem edificações de origem anterior à chegada dos portugueses, mas a cultura Suaíli sobreviveu como cultura vernacular nos bairros indígenas, ainda notável nas construções tradicionais de habitação e na vida social e cultural.

O património histórico no contexto nacional

Depois da independência de Moçambique em 1975 procurava-se uma nova interpretação do património histórico do país num contexto nacional. Numa reflexão retrospetiva sobre a política cultural moçambicana na primeira fase depois da independência o escritor e primeiro minístro da cultura Luís Bernardo Honwana notava:

"O facto era que o trabalho cultural não beneficiava do abundante suporte ideológico e metodológico que se oferecia ao sector da educação. O seu campo de ação e área de intervenção não eram tão claramente discerníveis quanto para a educação o eram a sala de aulas, os índices referentes à situação educacional do país e o reiterado projeto da criação do 'homem novo' - que se propunha como objetivo final a atingir."

E ainda:

"Os festivais foram a fórmula encontrada, nessa fase inicial, para lançar o grande debate sobre cultura. Mas porquê a escolha da canção, da dança e da música?

Tratava-se fundamentalmente de prosseguir o caminho aberto pelo processo da luta armada de libertação nacional de resgatar e afirmar como cultura, todas aquelas manifestações que, de forma depreciativa, o colonialismo arrumara sob a categoria de folclore."

[Luís Bernardo Homana, Jornal Savana, 2009 (?)]

A Ilha de Moçambique que durante séculos deu lugar à mestiçagem de culturas de África, Asia e Europa, deu no fim o seu nome ao País. Mas o antigo capital da colónia também representava uma pesada herança colonial com o seu impressionante património colonial edificado e, em cima disto, era um centro muçulmano, que tinha mostrado uma posição ambivalente em relação ao movimento de libertação durante os anos de luta pela independência.

Para saber mais: Mário Machaqueiro: THE ISLAMIC POLICY OF PORTUGUESE COLONIAL MOZAMBIQUE, The Historical Journal, 55,4 (2016), pp. 1092-1116; Cambridge University Press

Com a nacionalização do imobiliário, em 1976, e o consequente êxodo da população colonial da ilha, a conservação e usufruto do património imobiliário da cidade passou a ser um assunto político nacional mais do que uma negociação entre parceiros locais.

A palavra de ordem era de não esquecer o tempo que passou, e no mesmo tempo libertar-se da subjugação mental e cultural.

Como integrar o património colonial da Ilha de Moçambique na política nacional da cultura? Esta pergunta ainda não tinha resposta na altura. Para entender melhor olhemos para a história recente.

De entreposto florescente para património histórico

Quando um sítio perde a sua função pode entrar em esquecimento ou tornar se património histórico.

A razão de ser do entreposto da Ilha de Moçambique estava sempre profundamente ligada ao transporte marítima por navios a vela. Com a introdução de navios a vapor e ainda a construção do canal de Suez no Séc. XIX, a Ilha perdeu gradualmente a sua importância como porto. O capital do território foi transferido para Lourenço Marques, agora Maputo, em 1898.

A partir daí a ilha ganhou significado como símbolo do domínio histórico de Portugal.

A cidade sofreu uma reformulação urbana de modernização paralelo à reconstrução dos edifícios monumentais coloniais e a transformação de terrenos militares em parques públicos. A ilha tornou se um amostra do poder colonial. A característica urbana mais significativa deste período, entretanto, é a divisão da Ilha em duas áreas urbanas distintas. Um regulamento urbano da altura determinou que as casas de Macuti (material tradicional de cobertura das palhotas em forma de esteiras de folhas de coqueiro atadas num pau de mangal) podiam apenas ser construídas na parte sul da ilha, definida por uma linha imediatamente a sul do majestoso novo construído hospital. A pequena ilha ficou assim dividida em duas áreas urbanas com duas culturas distintas: a cidade colonial, com uma população de cultura mista, expressão portuguesa e, na sua maioria, de confissão católica, e os bairros indígenas, com uma população nativa de cultura Suaíli, expressão macua e de confissão muçulmana.

O Luso-Africanismo – A conservação como ferramenta política

Numa altura em que a descolonização estava na agenda internacional, Portugal vinculou-se ainda mais às suas colónias.

“Em fevereiro de 1943, foi constituída a Comissão de Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique (CMRHM), à qual cumpria investigar, classificar, restaurar e conservar os monumentos e relíquias da colónia.”

Sara de Sousa Teixeira: Levantamento de Accções de Conservação e Gestão do Património Mundial da Ilha de Moçambique, Power Point presentação, MEC/DINAC; 05 e 06 de Fev. 2007

Uma teoria “Luso-tropicalista” que defendia a mestiçagem de culturas sob o domínio cultural português foi adotada pelo regime português em resposta às emergentes reivindicações de

independência das colonias. "Neste contexto, a Ilha de Moçambique representava […] o paradigma da visão etnocêntrica dessa construção ideológica."
(Pedro Jorge de Oliveira Pereira Leite: Casa Muss-Amb-Ike, O compromisso no processo museológico, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Departamento de Museologia; Lisboa 2010, pag. 182)
A segregação étnica da população acalmou durante a última década antes da independência, e a Ilha encarou um período curto de revivência como um paraíso tropical turístico com novos hotéis, piscinas e campos desportivos. Em 1967 foi construída a ponte que liga a Ilha ao continente para permitir a entrada de veículos.
Todos os períodos pré-independentes deixaram camadas e vestígios no meio urbano e na memória dos habitantes que são agora alvo de diferentes interpretações.

O património disputado

Voltando à situação pós-independência, podemos analisar o desafio que a ilha representava.
Enquanto o luso-tropicalismo ia sendo contestado, persistia uma admiração pelo património edificado da ilha, embora que se interpretava como património colonial e não nacional.
O Ministério de Educação e Cultura criou, em 1977, o Serviço Nacional de Museus e Antiguidades (SNMA) para pesquisar, divulgar e conservar o património cultural nacional. Uma brigada de restauro da Ilha de Moçambique foi criada para dar continuidade ao trabalho de manutenção de monumentos da ilha, já antes classificados pelo regime colonial.
Em 1980, a brigada foi completada por um gabinete de restauro com a intenção de estudar as características da estrutura urbano e a tipologia dos edifícios duma forma científica sem preconizar o seu valor de testemunho colonial.
Em 1983 o trabalho de levantamento e análise gozou apoio da Escola de Arquitetura de Aarhus, Dinamarca, e os resultados foram publicados em 1985 num relatório, o chamado "Livro Azul", (ILHA DE MOÇAMBIQUE Relatório-Report 1982-85 Secretaria de Estado da Cultura-Moçambique – Arkitektskolen i Aarhus-Danmark) que acabou por constituir a base para a candidatura da inscrição da Ilha de Moçambique na Lista do Património Mundial da UNESCO.
O gabinete ficou inoperativo no mesmo ano devido à guerra que assolou o país até 1992.

Ilha de Moçambique – Património Mundial

A Ilha de Moçambique foi inscrita na Lista do Património Mundial da UNESCO em dezembro 1991 por recomendação do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) com base nos critérios IV e VI do Guia Operacional da UNESCO de 1988:

- "Critério IV: A cidade e as fortificações na Ilha de Moçambique, e a pequena Ilha de S. Lourenço, é um exemplo excecional duma arquitetura em qual as tradições locais, a influência portuguesa e, um tanto menos, influências indianas e árabes estão entrançadas.
- Critério VI: A Ilha de Moçambique mantém testemunha importante do estabelecimento e desenvolvimento das rotas marítimas entre a Europa ocidental e o subcontinente indiano, a assim a toda a Ásia." (ICOMOS, 1991).

A inscrição ocorreu numa situação de guerra que tinha transformado a Ilha num autêntico campo de deslocados, com um crescimento da população de aproximadamente 7.000 para 17.000 pessoas, grande parte delas alojadas em condições precárias na abandonada cidade de pedra e cal.

A gestão do Património Mundial

O Acordo de Paz entre as partes beligerantes foi assinado em 1992, menos de um ano depois da inscrição da ilha na lista da UNESCO. A consequente mudança política para uma economia do mercado e a alienação do imobiliário do estado, complicou a situação.

A Ilha enfrentou um período caracterizado por degradação contínua e pilhagem do património edificado pela população empobrecida, em simultâneo com uma especulação imobiliária, baseada na esperança de um desenvolvimento turístico.

Com a introdução de autarquias, em 1997, a eleição de um novo Conselho Municipal (CMCIM) veio assumir a responsabilidade da gestão urbana, enquanto a gestão do património edificado continuava a responsabilidade do Ministério da Cultura.

Preocupado com a situação, a UNESCO elaborou, em 1999, um "Programa de Desenvolvimento Humano Sustentável e Conservação Integral da Ilha de Moçambique", sem isso ter efeito palpável na gestão do património da ilha.

O Plano de Ação

A contínua degradação levou a uma monitorização proactiva da UNESCO, procurando evitar a inclusão da Ilha na lista de património mundial em perigo.

Em 2006, o Ministério da Educação e Cultura elaborou, finalmente, o Plano de Ação para a Gestão do Património Mundial da Ilha de Moçambique, 2007-2011.

Como consequência, foram realizadas ações ao nível legislativo e institucional:

- 2007: criação do Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique [GACIM], sob a tutela do Ministério da Educação e Cultura;
- 2009: elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Ilha de Moçambique;
- 2010: elaboração do Plano de Gestão e Conservação 2010-2014, agora em processo de revisão.

A articulação entre o GACIM e o Conselho Municipal nunca foi fácil mas, apesar das dificuldades de coordenação, a Assembleia Municipal da Ilha de Moçambique aprovou, em 2010, o Código de Posturas Municipais (Resolução n.º 22/AMCIM/2010) com posturas específicos sobre a conservação e restauro do património edificado (Capítulo VII, Artigos 102 a 112).

O Ministério da Cultura contou, durante anos, com o apoio da Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane (FAPF-UEM), na apreciação de maiores projetos de reabilitação e, finalmente, na elaboração do "Regulamento de Proteção do Património Edificado da Ilha de Moçambique", recentemente aprovado pelo Conselho de Ministros.

Continua, contudo, a faltar uma assistência profissional à gestão diária do património no terreno. A criação do Centro de Estudos e Documentação da Ilha de Moçambique (CEDIM) sob a tutela da Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da UniLúrio (FAPF-UL) (deliberação n.º 08/CUN/2011) tinha como um dos objetivos enfrentar esta lacuna. Alguns resultados foram alcançados:

- Em 2014 foi elaborado um "Diagnóstico para um Plano de Pormenor da Ilha de Moçambique Insular", numa colaboração entre o CMCIM e a FAPF-UL.
- O tema de tese de licenciatura da FAPF/UniLúrio do ano 2016 foi "Reordenamento e requalificação das zonas urbanas da entrada e da saída da ponte que liga a Ilha de Moçambique ao continente", em forma de um Plano de Pormenor para estas áreas de transição entre o património mundial e o subúrbio.

Situação Atual

Durante os últimos anos, a zona insular do município da ilha tem visto uma melhoraria de infraestruturas urbanas e da paisagem urbana, incluindo a reabilitação de alguns edifícios para

fins turísticos. Porém, no processo de requalificação de edifícios para novas funções, a autenticidade dos edifícios foi posto em causa, fruto de reconstruções e remodelações que alteraram por completo a expressão do edifício. Por outro lado, continua a degradação de muitos edifícios de maior envergadura, sobretudo à responsabilidade de instituições do Estado. A juntar a tudo isto, esta zona insular já não constitui uma cidade em si, mas antes a antiga baixa de um município, cuja maior área de desenvolvimento se estende à parte continental. O município atinge agora uma população de quase 50.000 pessoas, das quais a maioria vive em subúrbios desorganizados na parte continental, onde também se desenrola a maior parte das atividades económicas. A conservação do património deve ser vista neste contexto.

Os Valores Universais Excecionais (OUV) indicados na inscrição da ilha na lista da UNESCO foram formulados numa forma genérica. Na gestão do dia-a-dia falta identificar as características específicas e os elementos concretos que concorrem para os valores histórico, cultural, social e económico da Ilha e do seu ambiente envolvente. Embora que os instrumentos legais para a gestão do património já estão de grande parte estabelecidas, falta ainda a capacidade profissional para a sua implementação no sítio. É neste cenário que a jovem Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade Lúrio poderá ter um papel a cumprir. Por outro lado verifica-se um crescente interesse pela Ilha, por parte de instituições científicas e educacionais internacionais, que se materializa em pesquisas temáticas por elas desencadeadas.

Os temas de destaque nos últimos anos têm sido: o comércio de escravos; história e cultura Suaíli; diáspora Macua; arqueologia marinha; meio ambiente marinho; entre outras. Alguns parceiros recentes nestas investigações são:

- NIREMA/PUC-Rio, Brasil;
- Smithsonian National Museum of African American History & Culture, EUA;
- Universidade de Roskilde, Dinamarca;
- Universidade de Witwatersrand, Joanesburgo, Africa do Sul;
- Universidade de Washington, Seattle, EUA;
- Instituto Chr. Michelsen e a Universidade de Bergen, Noruega;
- Departamento de Assuntos Culturais do Oceano Índico e a Secção da Escola Nacional de Arquitetura de Montpellier, França.

Será pertinente uma coordenação moçambicana entre as iniciativas.